



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (CAPF)  
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (DLE)  
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA INGLESA**

**PAULA JORDANA DE FREITAS CARDOSO**

**O LUGAR DA ORALIDADE NO ENSINO DE LINGUA INGLESA NA BNCC**

**PAU DOS FERROS/RN  
2022**

PAULA JORDANA DE FREITAS CARDOSO

**O LUGAR DA ORALIDADE NO ENSINO DE LINGUA INGLESA NA BNCC**

Monografia apresentada ao departamento de Letras Estrangeiras do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Inglesa.

Orientador: Prof. Me. Marcos Antonio da Silva

PAU DOS FERROS/RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

#### Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

C268I	<p>Cardoso, Paula Jordana de Freitas O lugar da Oralidade no ensino de língua inglesa na BNCC. / Paula Jordana de Freitas Cardoso. - Pa dos Ferros/RN, 2022. 47p.</p> <p>Orientador(a): Prof. Me. Marcos Antonio da Silva. Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas)). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.</p> <p>1. Ensino. 2. Língua Inglesa. 3. BNCC. 4. Oralidade. I. Silva, Marcos Antonio da. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.</p>
-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

PAULA JORDANA DE FREITAS CARDOSO

**O LUGAR DA ORALIDADE NO ENSINO DE LINGUA INGLESA NA BNCC**

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia apresentada ao departamento de Letras Estrangeiras (DLE) do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Inglesa.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. Marcos Antonio da Silva (UERN)  
Orientador

---

Prof. Dr. Francisco Roberto da Silva Santos  
1º Examinador

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Ivoneide Aires Alves do Rêgo  
2º Examinadora (externa)

A Meus Pais, que sempre acreditaram que eu  
conseguiria realizar o meu sonho!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

A meus pais Selma e Elias, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho.

Ao professor Marcos Antônio, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

[...] a língua inglesa não é mais aquela do estrangeiro, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa.

(BRASIL, 2018, p. 241)

## RESUMO

O ensino da língua inglesa, nas escolas públicas brasileiras, tem sido objeto de estudo de diferentes pesquisas em torno o do processo de ensinar e aprender inglês nas escolas públicas. Dentre os problemas já percebidos estão a pouca carga horária disponível, número de alunos na sala, e o trabalho com apenas uma habilidade, no caso a leitura e interpretação de textos. No entanto, diante das mudanças nos materiais de orientação ao trabalho didático pedagógico, como é o caso da BNCC, o foco para o ensino do inglês ganhou uma dimensão global. Essa mudança é justificável porque o inglês não é mais visto como uma língua estrangeira, mas, sim, como uma língua franca, que também enxerga as outras habilidades, dentre elas, a oralidade como necessária para uma aprendizagem completa. Mas apesar de novo olhar sobre o ensino da língua inglesa, ainda perdura em muitos professores a mentalidade de que a habilidade de leitura ainda é a mais justificável e mais fácil de ser usada para o ensino do inglês, negligenciando as demais. Para nos orientar ao longo da nossa pesquisa, recorreremos aos pressupostos teóricos de Oliveira (2015), BNCC (2018), Rampon (2020), Cypriano (2022), dentre outros citados indiretamente. Conforme Boaventura (2007), nosso trabalho se enquadra em uma pesquisa descritiva-interpretativa, pois nossa intenção é descrever o processo de ensino da língua inglesa de duas professoras do fundamental anos finais de escolas públicas da cidade de Pau dos Ferros-RN. Para isso, interpretamos as respostas do questionário aplicado às professoras. Concluímos que as professoras ainda pautam seu trabalho nos pressupostos dos PCNs, o que limita e muito o ensino da língua inglesa ao desenvolvimento da habilidade de leitura, mesmo a BNCC orientando o trabalho com a oralidade na sala de aula.

**Palavras-chave:** Ensino. Língua inglesa. BNCC. Oralidade.

## ABSTRACT

The teaching of the English language in Brazilian in public schools has been a study object from different research around the teacher learning process in the public schools. Among the problems already seen are the few time available, the number of students in the classroom, and the work with only an ability, in this case the reading and text comprehension. However, in front of the changes into the orientation material to the didact pedagogic work. As the case of BNCC, the focus on teaching English gained a global dimension. This change is justifiable because English is no longer seen as a foreign language, but rather as a *lingua franca*, which also sees other skills, among them, orality, as necessary for complete learning. But despite the new look at teaching the English language, many teachers still have the mindset that reading skills are still the most justifiable and easiest to use for teaching English, neglecting the others. To guide us throughout our research, we resort to the theoretical assumptions of Oliveira (2015), BNCC (2018), Rampon (2020), Cypriano (2022), among others cited indirectly. According to Boaventura (2007), our work fits into descriptive-interpretative research, as our intention is to describe the English language teaching process of two elementary school teachers in the final years of public schools in the city of Pau dos Ferros-RN. For this, we interpreted the responses of the questionnaire applied to the teachers. We concluded that the teachers still base their work on the assumptions of the PCN, which greatly limits the teaching of the English language to the development of reading skills.

**Key-words:** Teaching. English language. BNCC. Orality.

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO II - IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA INGLESA .....	14
<b>2.1 O ensino da língua inglesa no Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 As quatro habilidades linguísticas .....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 A base nacional comum curricular e seus marcos.....</b>	<b>21</b>
CAPÍTULO III - ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	29
<b>3.1 Caracterização da pesquisa .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Objeto de pesquisa e constituição do Corpus .....</b>	<b>30</b>
<b>3.3 Procedimento para coleta de dados e instrumento utilizado.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Procedimentos de análise dos dados .....</b>	<b>31</b>
CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS.....	32
<b>4.1 A prática de ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental II .....</b>	<b>32</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
REFERÊNCIAS .....	41

## CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ensino de língua inglesa continua sendo tema recorrente para vários pesquisadores em torno do processo de ensino e aprendizagem. Paiva (1998), Almeida Filho (2005) e (2010), Lima (2009), Martinez (2009), Oliveira (2014), Cypriano (2022), Pinho (2022) dentre outros, são exemplos de estudiosos que discutem em torno do ensinar e aprender inglês como língua estrangeira. No entanto, este trabalho se volta para o estudo e análise de documentos oficiais brasileiros que regulam o ensino e aprendizagem de língua inglesa na escola pública, mais precisamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador mais recente publicado pelo Ministério da Educação, em 2018. E, ao mesmo tempo, busca-se observar a realidade prática da sala de aula, considerando as orientações de tal documento, que norteiam o processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa.

A BNCC reúne as orientações que regulamentam o trabalho didático pedagógico a ser desenvolvido nas escolas brasileiras, e, considerando que o ensino de línguas estrangeiras se baseia no desenvolvimento de quatro habilidades, a saber: ouvir, falar, ler, escrever, para essa pesquisa foi escolhida apenas uma das habilidades, a fala, por representar a habilidade de articulação oral e interação entre pessoas de diferentes países e culturas, bem como, representa a capacidade do indivíduo de se comunicar com outros por meio da oralidade. Assim como, a habilidade de falar um idioma estrangeiro é um requisito importante para o processo de interação entre indivíduos que falam línguas diferentes, porque, falar o idioma estrangeiro significa também saber se comunicar e se fazer entender em língua estrangeira.

Discutir sobre oralidade no ensino de língua inglesa é importante porque sendo ela uma das habilidades da língua, pressupõe-se que ela deva ser trabalhada em sala de aula visando à capacidade do aluno em se expressar na língua alvo. Se a habilidade não é desenvolvida então presume-se que a língua alvo não está sendo devidamente trabalhada, embora, vários fatores possam interferir nesse processo, desde as particularidades de articulação do idioma, até as orientações dadas aos professores sobre como trabalhar a oralidade em aulas de língua inglesa.

Mas então, onde o professor deve procurar tais orientações? Essas orientações permanecem as mesmas no decorrer do tempo? Essas orientações são claras e suficientes para o trabalho com a oralidade na aula de língua inglesa? Essas orientações são possíveis de serem colocadas em prática na sala de aula?

Diante desses questionamentos, tratamos nesta pesquisa de nos voltarmos para o estudo e análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre o que ela nos diz em relação ao ensino da oralidade nas aulas de inglês no ensino fundamental anos finais. E a partir do que é

posto como normatividade pela BNCC, averiguar como a oralidade é trabalhada na sala de aula do ensino fundamental, anos finais, se em conformidade ou não com as orientações da BNCC.

Dessa forma, essa pesquisa vem apresentar brevemente conceitos relacionados à oralidade na sala de aula de língua inglesa, resgatando diferentes concepções ligadas à oralidade, assim como, mostrar um perfil da BNCC e das normativas propostas para o processo de ensino e aprendizagem da oralidade nas aulas de língua inglesa.

O interesse por essa temática surgiu a partir das experiências vivenciadas em sala de aula no período de Orientação de Estágio Supervisionado. Naquele período, foi possível perceber que o ensino de língua inglesa se dava quase totalmente pela leitura de textos do livro didático servindo também como base para a escrita de textos em inglês e ampliação de vocabulário, tendo sido dada pouca ênfase a habilidade oral nas aulas observadas. Essas reflexões levaram a questionar o porquê da pouca ênfase na habilidade oral, se o trabalho com a oralidade é desenvolvido de fato dentro da sala de aula no processo de ensino aprendizagem e caso não esteja como pode ser desenvolvida, ou ainda que orientações podem ser seguidas para o trabalho dessa habilidade comunicativa.

É importante dizer que o professor não deva enfatizar apenas uma ou outra habilidade comunicativa, mas é importante que se faça uso de diferentes recursos e estratégias para introduzir a oralidade nas aulas, principalmente quando esta habilidade é pouco trabalhada. De qualquer modo o professor precisa desenvolver tarefas em sala de aula, que envolvam também a habilidade oral, de forma que, os estudantes aprendam não apenas a oralidade pela oralidade, mas a uso da fala e escuta contextualizada e de forma que faça sentido para os alunos.

As razões para a pouca ênfase na oralidade na sala de aula podem ser diversas a começar pelo pouco tempo disponível para a realização das aulas: duas aulas semanais, o que não é muito tempo, a dificuldade de equilibrar o desenvolvimento das demais habilidades, questões metodológicas particulares do professor, questões de desinteresse dos alunos por achar difícil a língua inglesa, a dinâmica em sala de aula resultando na dificuldade dos alunos em acompanhar as atividades propostas para o desenvolvimento da oralidade, dentre outras questões que podem vir a interferir na habilidade oral. Contudo, apesar de haver dificuldades, essa não pode ser uma habilidade a ser posta de lado, ou trabalhada de vez em quando, ela se faz necessária tanto quanto as outras para uma aprendizagem mais significativa para o aluno.

Portanto, acreditamos que um estudo sobre as dificuldades que os alunos têm especificamente com a oralidade em língua inglesa, assim como compreender quais são as orientações que norteiam o trabalho do professor, seja motivo para que essa pesquisa se realize

e amplie os olhares sobre a oralidade no ensino de língua inglesa, para que possamos vislumbrar uma proposta para o ensino de inglês contemplando a fala.

O trabalho com a oralidade continua sendo um tema bastante discutido entre os pesquisadores sobre o estudo de línguas estrangeira, tais como Oliveira (2015) e Almeida Filho (2019), no entanto, no decorrer do tempo, movido pelas transformações sociais e consequentemente educacionais, as bases legais que orientam e norteiam o trabalho educacional também sofrem mudanças, como é o caso da criação da BNCC.

Assim a BNCC tem como propósito sistematizar o conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos na educação básica, nível nacional, em substituição aos Parâmetros Curriculares Nacionais que, até o ano de 2018, eram as orientações que guiavam o trabalho pedagógico dos professores.

Meio a essas mudanças encontram-se os professores fazendo uso de metodologias e estratégias diversas em sala de aula de língua inglesa, e muitas vezes acabam por trabalhar de forma individualizada, tendo dificuldades ou, outras vezes, diferentes possibilidades de trabalho, divergindo muito o conteúdo do ensino de uma região do país para outra. Assim, a BNCC vem, de certa forma, colaborar na sistematização do que está sendo trabalho nas escolas em todas as regiões do país.

E como um documento, com normas reguladoras do ensino na educação básica, a BNCC trata a oralidade com foco na compreensão e a produção oral, ou seja, a fala e a escuta, visando sempre a construção de significados entre os falantes. Há uma série de definições e normas regulatórias, mas, essas orientações normativas não estão dentro da realidade vivida pelo professor de língua inglesa.

Diante do exposto, traçamos como objetivo geral para nossa pesquisa averiguar como a BNCC, como documento orientador do processo de ensino, orienta e normatiza o trabalho com a oralidade nas aulas de língua inglesa, e, ao mesmo tempo, como essa normatização repercute na prática de sala de aula. Foram traçados ainda como objetivos específicos: identificar as diretrizes normativas presentes na BNCC para o trabalho com a oralidade nas aulas de língua inglesa no ensino fundamental II, relacionar as diretrizes da BNCC com os conceitos teóricos pesquisados; e por último averiguar a viabilidade das orientações presentes na BNCC voltadas para a prática em sala de aula de língua inglesa;

Estudar e discutir sobre a oralidade é pertinente também ao professor em formação, pois, conhecer os detalhes ligados à sua área de formação, conhecer os documentos e normatizações legais do ensino de língua inglesa, contribui para a ampliação de seus conhecimentos na área de futura atuação. Vale ainda mencionar que este trabalho pode contribuir também para a ampliação das reflexões em torno do ensino de prática oral em aula de língua inglesa, a partir das orientações e normatizações que regulam o que deve ser enfatizado no processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa.

Nesse trabalho, nos baseamos nos pressupostos da BNCC para averiguar se o ensino da língua inglesa em nossa região contempla a oralidade. Para isso, contamos com a colaboração de duas professoras do ensino fundamental dos anos finais.

Nosso trabalho está estruturado da seguinte forma: Capítulo I, as considerações iniciais, onde fazemos um breve resumo do trabalho; o capítulo II, intitulado A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA INGLESA, onde consta nosso referencial teórico. Nele, nós abordamos O ensino da língua inglesa no Brasil, discorremos, também, sobre as quatro habilidades linguísticas, e culminamos com A base nacional comum curricular e seus marcos, tópico esse que finalizamos tratando sobre O que diz a BNCC sobre o ensino da língua inglesa no fundamental II. No capítulo III, tratamos dos ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: Caracterização da pesquisa, Objeto de pesquisa e constituição do Corpus, Procedimento para coleta de dados e instrumento utilizado, e Procedimentos de análise dos dados. Por fim, culminamos com o capítulo IV, onde realizamos as análises dos dados coletados nos questionários aplicados à duas professoras colaboradoras do ensino fundamental dos anos finais da cidade de Pau dos Ferros, RN, região essa localizada no alto oeste potiguar. Seguido das Considerações Finais e Referências onde listamos as fontes que embasaram os conceitos e temas trabalhados nessa pesquisa.

## CAPÍTULO II - IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA INGLESA

A importância da língua inglesa no mundo atual é notória nas mais diferentes áreas: social, econômica, cultural, tecnológica, científica etc. O domínio desse idioma é um diferencial na vida profissional. Com relação a vida em geral, possibilita o conhecimento de culturas diferentes, tornando possível o intercâmbio social e cultural com diversos países. Por essa razão:

A língua inglesa é fundamental em diferentes aspectos; ter o Inglês como uma segunda língua abre muitas portas. Começando pela porta do mercado do trabalho, com o Inglês, pode-se trabalhar em diversas partes do mundo especialmente em países em que o Inglês é a língua oficial. Cabral (2014), afirma que o Inglês é a língua da Informática, do cinema mundial, dos desportos internacionais, da aviação, dos encontros científicos, do comércio internacional e do turismo. (RAMPON, 2020. p, 23)

Ao mencionarmos o mercado de trabalho, consideramos a diversidade de empregos que necessitam da língua inglesa, como, por exemplo, o turismo estrangeiro em nosso país. Ademais, dominar o inglês também possibilita que atuemos profissionalmente em outros países.

No mundo dos esportes, o inglês também é a língua franca, sendo considerada a língua oficial nas atividades e modalidades desportivas em eventos como a Copa do Mundo e demais torneios internacionais em diferentes modalidades.

No que se refere a área tecnológica, o inglês é a língua comumente usada em empresas como a *Apple* e *Microsoft*. Duas grandes multinacionais que atuam no mercado da tecnologia e comunicação, se fazendo presente nos lares em todo o globo por meio dos produtos por elas fabricados, que vão desde os computadores a celulares, comuns na vida de muita gente.

Outra área que movimenta a economia praticamente mundial é a cinematográfica. Profissionais que atuam nesse nicho de mercado precisam dominar a língua inglesa, já que a maior produtora de filmes do planeta é Hollywood, no Estados Unidos.

Muitos estudos realizados em países onde o inglês é a língua oficial demonstram que as pessoas que sabem falar e escrever Inglês conseguem melhores empregos e também são mais bem pagas em comparação com as pessoas que não sabem bem falar Inglês. O ensino de uma língua estrangeira requer a atenção e percepção a vários fatores como: idade do aluno, contexto educacional, propósitos do ensino, materiais didáticos, formas de avaliação, abordagens de ensino e etc (MULIK, 2011). Esses são apenas alguns dos muitos fatores que entram em cena na prática docente. (RAMPON, 2020. p, 24)

No que diz respeito ao ensino de inglês como língua estrangeira no Brasil, nas escolas públicas, a criança só vai ter contato com o idioma no 6º Ano do Ensino Fundamental; enquanto em escolas particulares isso se dá mais cedo, podendo acontecer já na creche, mas isso varia de uma instituição escolar para outra. Ao mesmo tempo, há ainda os institutos de idiomas que oferecem cursos livres para diferentes faixas etárias, usando suas próprias metodologias, abordagens e materiais.

Atualmente o ensino da língua inglesa no Brasil é ofertado nos mais diversos contextos de ensino, como nas escolas públicas e particulares, universidades, cursinhos de idiomas, e vídeos aulas no Youtube.

Portanto, a importância da língua inglesa no mundo atual não pode e nem deve ser subestimada. Pois, afinal, ela pode fazer toda a diferença no educacional, profissional e cultural nas vidas das pessoas.

Nesse capítulo, abordaremos, também, o ensino da língua inglesa no Brasil, as quatro habilidades linguísticas, a base nacional comum curricular e seus marcos, e fecharemos esse último tópico tratando sobre o que diz a BNCC sobre o ensino da língua inglesa no fundamental II.

## **2.1 O ensino da língua inglesa no Brasil**

O ensino da língua inglesa se tornou disciplina obrigatória no currículo escolar Brasileiro no ano de 1809, quando Dom João VI decretou a sua implementação dentro do ensino de línguas estrangeiras. Assim como o francês, a língua inglesa foi escolhida de forma estratégica, para que pudesse facilitar as relações comerciais entre Portugal, Inglaterra e a França. O ensino de língua inglesa tinha como principal função capacitar os estudantes a se comunicar de forma oral e por escrito. Para tal, os professores daquela época utilizavam o método de gramática e tradução, único método de ensino de línguas estrangeiras naquele momento.

Com no exposto acima, podemos perceber que o ensino de língua inglesa se iniciou pelas necessidades econômicas, que ditaram a obrigatoriedade de aprender o inglês como língua estrangeira. O sistema educacional brasileiro passou por muitas reformas desde o século XIX, dentre as quais o inglês também foi esquecido, algumas vezes chegando a ser excluído da grade curricular obrigatória, como aconteceu nas Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) implementadas entre 1961 e 1971.

Sob as políticas e panorama nacional de ensino e aprendizagem, o ensino de língua estrangeira, tendo como obrigatoriedade o inglês, foi firmado pela LDB Lei n. 9394 de 1996. Tal Lei colocou em foco o inglês como idioma obrigatório nas escolas públicas a partir do Ensino Fundamental II. (BRASIL, 1996). E, a partir dessa Lei, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, os quais no final da década 1990 as autoridades educacionais firmaram o foco do ensino de língua estrangeira na habilidade de leitura.

Os PCN tiveram em uso por uma década orientando o processo de ensino e aprendizagem das diferentes disciplinas nas escolas, inclusive o ensino de línguas. Ainda assim, em 2006, foram lançadas as Orientações Curriculares Nacionais (OCNs), mas não tiveram o mesmo reconhecimento pedagógico orientador que tiveram os PCN. Mas é a partir de 2017 que o Ministério da Educação iniciou a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, tirando o projeto do papel. A BNCC é atualmente o documento que rege, orienta e normatiza o ensino nas escolas brasileiras, incluindo o ensino de língua inglesa.

Tendo sido pensada inicialmente como um projeto de sistematização didática e pedagógica dos processos de ensino nas escolas brasileiras, a BNCC também é um documento que visa fortalecer as políticas públicas educacionais, como aponta seu próprio texto introdutório:

[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2018, p. 08)

Em relação à elaboração de conteúdos, a BNCC traz como proposta pensar o processo de ensino baseado no desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos para a solução de problemas e situações da vida cotidiana, conforme o exposto:

Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 08, grifo no original)

Por pensar nas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos para a vida cotidiana, nos vem à mente as habilidades referentes à aquisição de línguas, as quais são imprescindíveis para a aprendizagem como um todo, já que mobilizam nossa forma de adquirir conhecimentos e aprender coisas novas.

Passemos, então, para o tópico seguinte, onde trataremos sobre as quatro habilidades linguísticas.

## 2.2 As quatro habilidades linguísticas

Aprender uma língua estrangeira, como a língua inglesa, requer do aprendiz o desenvolvimento de certas habilidades linguísticas. Essas habilidades capacitam um indivíduo para o uso social da língua, e definem se tal pessoa tem ou não o conhecimento em nível básico, intermediário ou avançado da língua em questão. As habilidades em questão são: ouvir, falar, ler e escrever. O desenvolvimento dessas habilidades é importante para desenvolver as competências comunicativas do aprendiz, a depender do(s) objetivo(s) do aprendiz. Oliveira (2015, p. 45) defende ainda que as quatro habilidades mencionadas são, na verdade, “compostas de habilidades menores, as micro habilidades”. As quatro habilidades são compreendidas como um universo macro, e, para o desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, há uma dimensão de variedades e situações que podem intervir em maior ou menor grau para que o aprendiz alcance a habilidade macro.

Oliveira (2015) destaca em seus estudos que, independentemente da possibilidade de estudar uma ou outra habilidade em separado, as quatro são partes inseparáveis no processo de aquisição de uma segunda língua, e que o estudo separado delas é uma estratégia didática para melhor compreendê-las, como bem afirma ao dizer que: “faz sentido pensar na análise da fala, da escrita, da compreensão oral e da leitura para melhor compreender seu desenvolvimento e vislumbrar as formas mais eficazes de tratá-las na sala de aula”. (OLIVEIRA, 2015, p. 46)

Comungando com o pensamento do autor supracitado de que as quatro habilidades são inseparáveis no processo de aprendizagem de uma língua, faremos uma explanação das mesmas a seguir.

Ouvir (*listening*) é o início de tudo. (Re)Conhecer sons, palavras e frases é o começo quando se está aprendendo um novo idioma. Essa habilidade requer do aprendiz a capacidade de entender o que é dito, não somente palavras e frases, mas também a compreensão global do que é dito. Para um aluno que ainda está em início de aprendizagem, os sons de uma língua, como o inglês, são apenas sons sem sentidos. Portanto, é fundamental que o aprendiz treine o ouvido para que comece a entendê-los. Esse treino se constitui em ouvir com bastante frequência, e contextualizá-los. Oliveira (2015, p. 75) diz que: “a compreensão oral não se limita à percepção dos sons, obviamente fundamental; ela também está vinculada à atribuição de sentidos aos sons percebidos, tarefa nada fácil para os aprendizes de línguas estrangeiras.” Em outras palavras, não basta saber decodificar os sons, é preciso que haja compreensão, que seja construído sentido no que se está ouvindo a partir do contexto. Essa construção de sentido se intensifica a partir do momento em que o aprendiz expande seu léxico na língua que está

aprendendo. Nos dias de hoje, somos submetidos constantemente a estímulos sonoros da língua inglesa em nosso país. A cultura musical e cinematográfica Americana e até mesmo inglesa está muito presente em nossas vidas. Ouvimos músicas e assistimos filmes cujo idioma é o inglês com muita frequência.

Sendo assim, a escolha de atividades para serem realizadas para o desenvolvimento da habilidade de *listening* é muito vasta. Mas deve ser feita com objetividade, clareza, e compatibilidade com o nível do aprendiz. Caso contrário, pode causar frustração. Quanto a isso, Oliveira (2015, p. 79) alerta que:

[...] a intervenção do professor é essencial para o desenvolvimento da capacidade que os alunos têm de compreender o inglês falado. Por isso eles precisam ser preparados para realizar as atividades de compreensão oral. Se não houver uma preparação, eles provavelmente encontrarão dificuldades para realizá-las e, pior, sentirão um baque na sua autoestima, o que pode se tornar uma barreira psicológica para o aprendiz.

Assim sendo, esse processo passa por uma série de estratégias e planejamento de atividades articuladas pelo professor para melhorar o desempenho do aluno de forma gradativa, procurando sempre deixar claro o que está sendo trabalhado e exigido como desempenho a ser alcançado. Outro aspecto importante é que o professor motive o aluno a superar as dificuldades que possam surgir no processo, evitando focar apenas no erro em si, evitando desmotivar o aluno.

A habilidade seguinte a ser abordada é a fala (*speaking*), uma das habilidades mais desejadas por quem está aprendendo uma língua estrangeira, como o inglês, por exemplo. Não é à toa que o aspecto mais atrativo de muitos cursos livres de idiomas é a oferta do desenvolvimento a oralidade em tempo recorde. “É seguro afirmar que todos os institutos de idiomas em nosso país incluem o desenvolvimento da fala dos seus alunos não apenas nas suas listas de prioridades, mas também nos seus anúncios publicitários”. (OLIVEIRA, 2015, p. 131). Como se a oralidade fosse um prêmio maior a ser conquistado após uma maratona de atividades e exercícios que, muitas vezes, ensinam muito mais a repetir sentenças prontas do que necessariamente se comunicar e interagir.

Falar, em um mundo tão oral, é uma habilidade importantíssima. O domínio de tal habilidade envolve alguns aspectos: um bom vocabulário, compreensão da semântica da língua, sua fonética e fonologia.

Desenvolver tal habilidade em aulas de língua inglesa requer planejamento por parte do professor, no sentido de orientar o aluno no tocante aos vários contextos comunicativos e seus gêneros do discurso.

Para além desses fatores, a produção inteligível dos sons é uma preocupação constante por parte do aluno ou do professor, já que quase sempre a meta é pronunciar como um nativo. Geralmente, almeja-se falar como um americano, já que, como brasileiros, somos mais submetidos a essa variação do inglês. Oliveira (2015, p. 140) ressalta esse aspecto ao dizer que “os alunos precisam aprender a pronunciar as palavras de forma inteligível, de maneira que sejam entendidos”. Sendo assim, entendemos que não se trata de aprender uma pronúncia perfeita, mas pronunciar corretamente.

Para o desenvolvimento da habilidade da fala, assim como nas outras habilidades, é preciso que o professor elabore atividades condizentes com o contexto, que englobem a realidade do aluno no processo de ensino de língua inglesa. É preciso ainda ficar atento às interferências da língua materna na língua estrangeira em estudo. Visto como um processo natural e até denominado de interlíngua, é preciso ficar atento para que esse fenômeno natural venha a se transformar em erro permanente e equívocos de fala. Não deixando de lado a necessidade de se pensar as variedades linguísticas e o grau de formalidade da língua em estudo.

Outra habilidade extremamente necessária nas sociedades letradas é a leitura (*reading*). Quando lemos, conseguimos ampliar a compreensão de mundo, adquirimos saberes para além da mera decodificação do código escrito. É preciso pensar a leitura como uma habilidade que se interliga as demais, mas que requer do aprendiz conhecimentos variados que englobam conhecimento tais como léxico, gramática, semântica. Tal habilidade é muito aclamada por alguns estudiosos para o ensino de língua inglesa nas escolas brasileiras. “Se comparada às outras três habilidades linguísticas, a leitura se configura como a mais fácil de ser desenvolvida pelos aprendizes brasileiros” (OLIVEIRA, 2015, p. 98). Tal pensamento tenha como fundamento o fato de que há algum tempo o acesso a material escrito era mais abundante do que material oral.

Hoje, a internet mudou muito essa realidade. O acesso a textos orais e autênticos é muito mais fácil. Outro fator que torna o uso do texto escrito mais cômodo diz respeito a durabilidade do texto escrito, ele é estanque, o que facilita a revisão, ida e vindo ao texto quantas vezes forem necessárias ao aprendiz, diferente do texto oral que não permite essas revisões com muita facilidade.

O texto escrito é mais concreto do que o texto falado. Ele é duradouro e subsiste diante dos olhos do aprendiz, que pode lê-lo, relê-lo, relê-lo de novo, observando cuidadosamente trechos e palavras, algo que geralmente não pode fazer com o texto falado. Os textos escritos têm outra vantagem logística em relação aos textos falados: eles podem ser lidos confortavelmente em ônibus, aviões, na praia. E isso não acontece com a mesma comodidade em relação aos textos falados por conta, principalmente, do acesso ainda não democratizado as redes *wi-fi*. (OLIVIVEIRA, 2015, p. 99)

Contudo, mesmo sendo uma habilidade mais plausível de desenvolvimento nas escolas, a leitura também requer do professor um planejamento cuidadoso e objetivo. A leitura tem grande importância pois possibilita aumentamos o nosso conhecimento de mundo e científico de forma prática.

A quarta e última habilidade a ser comentada é a escrita (*writing*). Também uma habilidade muito importante nas sociedades letradas. A escrita, tal como as outras três habilidades, é importante no aprendizado de uma língua estrangeira. Entretanto, tem sido negligenciada, em detrimento da habilidade de leitura ou das metas voltadas para habilidade comunicativa, como se escrever também não desempenhasse uma função comunicativa. Como argumenta Oliveira (2015, p. 150): “a escrita precisa ser vista pelo professor como uma habilidade a ser desenvolvida e não meramente como um meio para ajudar os alunos a memorizarem a grafia das palavras e a praticarem estruturas gramaticais.” Como habilidade a ser desenvolvida pelo aprendiz de língua estrangeira, a escrita tem seu papel equiparado às demais habilidades, e também função comunicativa.

Assim como as demais habilidades, requer certos conhecimentos, como vocabulário, elementos de textualidade, intertextualidade, coesão, coerência, constituição de sentido, intencionalidade de quem escreve, para quem escreve, e também agrega a funcionalidade comunicativa. Ou seja, a escrita é uma habilidade que envolve diversos elementos necessários ao seu desenvolvimento no processo de aquisição de uma língua estrangeira.

Bem como no processo de ensino das demais habilidades, para o ensino da escrita o professor também precisa desenvolver um trabalho cuidado e planejado, claro e objetivo para o aluno, de modo que este possa se envolver mais e encontrar sentido naquilo que produz. Atividades de pré-escrita são relevantes para ajudar o professor nesse planejamento, ao proporcionar um vislumbre dos conhecimentos prévios dos alunos em relação ao tema, ao domínio do gênero em estudo, do nível de vocabulário, e as possíveis premissas para a construção dos esquemas mentais que darão origem ao esquema do texto a ser construído.

Ao pensar o texto como um processo, o professor também precisa entender a importância da correção para que haja a revisão do texto, seja no sentido da coesão, da coerência ou da ortografia; vai depender dos pré-requisitos avaliativos pré-estabelecidos. Oliveira (2015, p.187) ainda argumenta que: “a correção, se adequadamente feita, serve de parâmetro para as reflexões dos alunos acerca de seus enunciados, o que pode de alguma maneira contribuir para o desenvolvimento da habilidade escrita”. O feedback após a correção é importante para que o aluno perceba quando e em que aspecto está se saindo bem ou não na escrita de seus textos.

### **2.3 A base nacional comum curricular e seus marcos**

A linha do tempo da Base Nacional Comum Curricular e seus marcos, em sua elaboração, começou no ano de 1988, quando a Constituição da República Federativa do Brasil determinou, em seu Artigo 210, a Base Nacional Comum Curricular. Foram fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Após 8 anos, em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, em 20 de dezembro de 1996, que em seu Artigo 26, regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica.

No ano seguinte, em 1997, são firmados, em dez volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, de 1º a 5º ano, que são considerados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos, sobretudo no desenvolvimento do currículo.

Em 1998 são estabelecidos, também, dez volumes: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. Sua intenção era de ampliar e aprofundar um debate educacional que envolvesse a escola, os pais, governo e a sociedade.

Nos anos 2000 são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), contendo 4 etapas, e que tem como objetivo desempenhar um duplo papel de reproduzir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias de ensino.

Alguns anos depois, mais precisamente em 2008, é fundado, e funcionou até 2010, o Programa Currículo em Movimento, com a proposta de melhorar a qualidade da educação básica por meio do desenvolvimento do currículo da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio. Em 17 de dezembro de 2009 a Resolução nº 5, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. E no ano seguinte, 2010, é lançado tal documento.

E foi, também, no ano de 2010, entre os dias 28 de março e 01 de abril, que aconteceu a Conferência Nacional de Educação (CONAE), na qual estiveram presentes especialistas para debater a Educação Básica. Esse evento tratou da criação de um documento que fala sobre a necessidade da Base Nacional Comum Curricular, como parte de um Plano Nacional de Educação.

Em 13 de julho de 2010 surge a Resolução n. 4, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), que tem como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.

Em 2010 para o ano de 2011 é lançada a Resolução n.7, de 14 de dezembro de 2010, que assim deixa fixado as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. E, em seguida, no dia 30 de janeiro de 2012, é aprovada a Resolução n. 2, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

No mesmo ano foi publicada a Portaria n. 867, no dia 04 de julho de 2012, que instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Essa portaria definiu as ações do Pacto e suas Diretrizes Gerais. E no ano seguinte foi publicada a Portaria n. 1.140, de 22 de novembro de 2013, que institui o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM).

No dia 25 de junho de 2014, o Congresso Nacional sancionou a Lei n. 13.005. Lei que regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de dez anos, com um Plano contendo 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica, onde 4 quatro delas falam sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste mesmo ano, 2014, foi realizada entre os dias 19 e 23 de novembro, a 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE), que é organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), assim resultando em um documento sobre as propostas e reflexões para a Educação brasileira. Esta conferência teve grande importância para o processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular.

Posteriormente, em 2015, no mês de junho, entre os dias 17 a 19, ocorreu I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC. Este Seminário foi de suma importância para o processo de elaboração da BNCC, pois foi nele que todos os assessores e especialistas envolvidos se reuniram para a elaboração da Base. Em seguida foi lançada a Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, que Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular.

Após esse evento, no dia 16 de setembro de 2015, a 1ª versão da BNCC foi publicada, e de 02 a 15 de dezembro de 2015, teve um encontro onde as escolas se reuniram para discutir

sobre esse documento preliminar. Logo após, em 3 de maio de 2016, a 2ª versão da BNCC é disponibilizada.

Em 2016, entre 23 de junho e 10 de agosto, foram realizados 27 Seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater esta segunda versão da BNCC. Os quais foram promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). E em agosto do mesmo ano começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo que teve como base a 2ª versão.

No ano 2017, em abril, o MEC entrega a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual elaborou um parecer sobre o projeto de resolução ligado a BNCC, e encaminhou ao MEC. A partir dessa homologação da BNCC, começou o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares.

Em 2017, no dia 20 de dezembro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. Em 22 de dezembro de 2017, o CNE apresenta a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que implementa e orienta a Base Nacional Comum Curricular.

No ano seguinte, em 2018, educadores do Brasil inteiro se debruçaram sobre a Base Nacional Comum Curricular, com enfoque na parte homologada do documento que corresponde às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e tiveram como objetivo compreender sua implementação e quais impactos na educação básica brasileira a BNCC causaria.

Foi então que o Ministério da Educação, em 02 de abril de 2018, entregou para o Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. A partir de então o CNE iniciou um processo de audiências públicas para poder debatê-la. E em 5 de abril institui-se o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular ProBNCC.

No início do mês de agosto de 2018, as escolas de todo Brasil se mobilizaram para debater e assim contribuir para a Base Nacional Comum Curricular e sua etapa do Ensino Médio. Assim, Professores, gestores e técnicos da educação, criaram comitês para discutir e preencher um formulário online, no qual eles sugeriram melhorias no documento.

E, por fim, em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio

trazendo sua versão final onde a Base Nacional Comum curricular é um, se não o mais importante documento normativo e orientador da Educação no Brasil, contendo todas as aprendizagens previstas para todos os níveis da Educação Básica.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que objetiva orientar as escolas na elaboração dos seus currículos escolares. Desta forma, a BNCC idealiza uma série de aprendizados que são considerados essenciais para os alunos durante sua formação no ensino básico.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, BNCC, 2018, p. 09)

A BNCC ainda que não seja estruturada de forma fixa no currículo das escolas, mas sim nas diretrizes para poder guiar as instruções durante esse processo, é, de certa forma, necessária para que cada uma delas disponha, em seus currículos, fundamentos para suas particularidades e necessidades.

Em sua estrutura, a BNCC está de acordo com os fundamentos pedagógicos apresentado no início de seu documento, logo na introdução, de modo a exibir as competências que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas de escolaridade do ensino básico, bem como a expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

O documento da BNCC está estruturado em três etapas da Educação Básica: Educação infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio. O próprio documento mostra como essas etapas são organizadas, assim cada uma delas tem um código alfanumérico que foi criado para identificar tais etapas de aprendizagem dentro do ensino básico.

Na etapa da educação infantil, que é a primeira etapa da Educação Básica, os alunos têm direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados, para que as crianças possam ter condições de aprender e se desenvolver; brincar, conviver, explorar, participar, expressar, conhecer-se, ou seja, os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC é estabelecido, além disso, cinco campos de experiências, onde as crianças podem aprender e desenvolver atividades feitas em sala de aula e fora dela, trabalhando o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações. É nesse campo de experiências que são

definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, organizados em três grupos e por faixa etária. No documento da BNCC, eles são separados da seguinte maneira; Bebês (0-1a6m) Crianças bem pequenas (1a7m-3a11m) Crianças pequenas (4a-5a11m).

A BNCC mostra em um quadro como a Educação Infantil se alinha, e é nesse quadro onde cada campo de experiência se organiza em três eixos, e de forma relativa a esses grupos por faixa etária, detalhadamente e com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Dentro de cada eixo, a BNCC tem objetivos definidos para cada grupo e destaca um aspecto do campo de experiências.

Na etapa do Ensino Fundamental, que é a segunda etapa, encontra-se organizada em cinco áreas do conhecimento. Essas cinco áreas permitem que a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares sejam favorecidos. Assim, elas se dividem na formação dos alunos, ainda que se preservem as especialidades e os saberes próprios construídos que sistematiza os diversos componentes.

Em seus textos de apresentação, cada área do conhecimento manifesta seu papel na formação dos alunos do Ensino Fundamental e distingue as particularidades desse nível que se encontra dividido em: Anos Iniciais, que são do 1º ano ao 5º ano, e Anos Finais, do 6º ano ao 9º ano, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e necessidades pedagógicas dentro das fases de escolarização.

E a terceira e última etapa, a do Ensino médio, a BNCC se organiza em quatro áreas do conhecimento, em conformidade com a LDB, e cada área se organiza de acordo com BNCC. Mas atuam juntas no fortalecimento das relações entre si e sua contextualização, para que as áreas tenham articulação com a realidade, assim, demandando um trabalho cooperativo entre professores, no momento de planejamento e execução em sala de aula de forma inter e transdisciplinar.

### **2.3.1 O que diz a BNCC sobre o ensino da língua inglesa no fundamental II**

Antes da BNCC, havia outros documentos orientadores do ensino de língua inglesa nas escolas brasileiras, como, por exemplo, os PCN, que focavam no desenvolvimento da habilidade de leitura. A BNCC, por outro lado, é normativa. Ela regulamenta o que deve ser ensinado em cada série e nível de ensino. Considerando que a Língua Inglesa entra na grade curricular nos anos finais do Ensino Fundamental e vai até a última série do ensino médio, o aluno passa em média sete anos estudando inglês antes de concluir a educação básica.

A inclusão e permanência do inglês como disciplina se dava, antes, como oferta e escolha da comunidade escolar. Com a BNCC, isso mudou, e a língua inglesa torna-se obrigatória, não oferecendo a possibilidade de escolha de outro idioma. Conforme aponta Cypriano (2022, p. 16):

Diferentemente dos PCN, a BNCC para o ensino fundamental não estabelece a oferta de **uma** língua estrangeira moderna ao aluno. A escolha do idioma não ficará a cargo da comunidade escolar, nem será regida por suas particularidades. A Base já define o idioma estrangeiro a ser aprendido nos anos finais do ensino fundamental: língua inglesa. (grifo no original)

Essa definição que coloca o inglês como idioma oficialmente obrigatório nas escolas é descrita e justificada na BNCC pelas “dimensões pedagógicas e políticas”. E coloca a língua inglesa como língua franca e representativa do mundo globalizado. Como nos mostra o fragmento abaixo:

Outras terminologias, mais recentemente propostas, também provocam um intenso debate no campo, tais como língua adicional, como língua franca, dentre outras. Em que pese as diferenças entre uma terminologia e outra, suas ênfases, pontos de contato e eventuais sobreposições, o tratamento dado ao componente na BNCC prioriza o foco **da função social e política do inglês** e, nesse sentido, passa a tratá-la em seu *status* de **língua franca**. (BRASIL, 2018, p. 241)

E por língua franca, a BNCC nos leva a pensar a língua inglesa a partir das inúmeras possibilidades de uso do inglês como idioma falado por pessoas em diferentes lugares do mundo, usando o inglês para se comunicar, interagir por meio das mais variadas formas. A BNCC desloca a concepção de um inglês padrão oriundo dos países europeus, para a ideia de que é uma língua que também é usada por diferentes povos nas mais diversas localidades, e podem gerar novas variações, expressões, e usos dentro de seus respectivos espaços de interação linguística e cultural.

Dessa forma, a concepção de língua inglesa como língua franca, posta pela BNCC, direciona a olhar o inglês como idioma representativo de culturas e interações diversas, e não apenas como idioma de uma cultura exclusiva dos países que tem o inglês como idioma oficial. Esse deslocamento muda também a noção de pertencimento e reconhece o uso do inglês em outros países e localidades para além daqueles que lhe deram origem, colocando o inglês sob a noção de interculturalidade e evocando o respeito às diferenças e diversidade linguística e cultural.

A própria BNCC explica que na sua proposta:

A língua inglesa não é mais aquela do estrangeiro, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” – e ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses ou britânicos. (BRASIL, 2018, p. 241)

Uma outra justificativa dada pela BNCC para a adoção do inglês como língua a ser obrigatória, tem a ver com a possibilidade de ampliar a visão de letramento viabilizadas pelas “práticas sociais do mundo digital”. Isso significa dizer que a língua inglesa não apenas facilita como também está próxima das mais diversas formas de interação digital, sendo língua franca também na era da tecnologia e informação, ao proporcionar a intercalação entre distintas manifestações e possibilidades de uso da linguagem, seja visual, verbal, corporal, etc, essa diversidade gera sentidos, induz a construção de novos, quando viabiliza a interação entre as pessoas.

O terceiro argumento posto pela BNCC tem a ver com a mudança das crenças preexistentes de que existe um inglês certo ou melhor a ser aprendido. Implicando diretamente no professor e em suas atitudes frente às variantes do inglês usado em diferentes contextos, formal ou informal, passando a considerar como ponto a ser observado a inteligibilidade no processo interativo, desviando o foco do modelo ideal a ser seguido para a valorização da cultura e diversidade linguística.

A partir desses três argumentos são propostos os eixos organizadores para o ensino de língua inglesa, são eles: a Oralidade, a Leitura, a Escrita, os Conhecimentos linguísticos e a Dimensão intercultural. Essa organização em eixos modifica a ênfase que antes era dada quase que exclusivamente a leitura, mas, agora, “a oralidade assume uma importância equiparada à leitura”. (CYPRIANO, 2022, p. 17). Nesses termos, a proposta dos eixos põe as habilidades linguísticas em equilíbrio, devendo colocar todas em evidência ao mesmo tempo no processo de ensino e aprendizagem.

A BNCC traz ainda em seu texto, uma lista de competências que devem ser desenvolvidas pelo aluno ao longo dos anos finais no ensino fundamental, assim, baseadas nas competências gerais da educação básica e nas específicas da área de linguagens, são colocadas em orientação normativa seis competências específicas do componente de língua inglesa, são elas:

1. Identificar o lugar de si e do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da

- língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
  3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
  4. Elaborar repertórios linguísticos-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
  5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
  6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais. (BRASI, 2018, p. 246)

Essas seis competências são postas como orientadoras do trabalho a ser desenvolvido nas ações didático metodológicas planejadas para as aulas de língua inglesa, nos quatro anos finais do ensino fundamental. A BNCC enfatiza em seu texto inicial quando fala na justificativa de colocar o inglês como idioma único e obrigatório a ser estudado como língua estrangeira moderna, mas, na competência 03 traz a orientação de desenvolver junto ao aluno a identificação de diferenças entre línguas diferentes, e não apenas entre língua inglesa e língua materna, e como nota de rodapé, explica que a lista de competências pode nortear a elaboração de currículos de outras línguas, caso seja esta oferecida nas escolas.

Mais uma característica da BNCC diz respeito à descrição de unidades temáticas a serem trabalhadas em cada série dos anos finais do ensino fundamental II. Cada eixo encontra-se dividido em unidades temáticas, o da oralidade, por exemplo, “é dividido em três unidades temáticas: interação discursiva, compreensão oral e produção oral,” (CYPRIANO, 2022, p. 17).

Ao lembrarmos aqui as habilidades linguísticas, podemos perceber as similaridades com os eixos organizadores do ensino de língua inglesa, leitura, oralidade, escrita e compreensão auditiva.

## CAPÍTULO III - ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

### 3.1 Caracterização da pesquisa

Nesse trabalho, os procedimentos metodológicos foram escolhidos considerando o universo da pesquisa, o objeto de estudo, a coleta dos dados, assim como as categorias escolhidas para análise dos dados.

Partindo da caracterização da pesquisa, esse trabalho se enquadra em uma pesquisa descritiva-interpretativa, por buscar descrever e interpretar as normatizações presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltadas para a regulamentação do ensino de língua inglesa na educação básica, ensino fundamental anos finais. “As pesquisas descritivas identificam as características de determinada população ou fenômeno” (BOVENTURA, 2007, p. 57). Dessa forma esperamos apontar o lugar da oralidade nas orientações sistematizadas na BNCC para o ensino de língua inglesa na educação básica.

No tipo de pesquisa que envolve a descrição, Xavier (2010, p. 46) aponta que essas pesquisas: “intenciona observar o fenômeno, descrevê-lo, registrar suas características, mensurá-lo, classificá-lo, sem que haja qualquer interferência do pesquisador neste processo.” Assim sendo, nossa pesquisa observa as normas da BNCC quanto à oralidade no ensino de língua inglesa no ensino fundamental dos anos finais, expõe suas características e as observa frente à realidade vivenciada por professores na prática de sala de aula.

Como nos explica Oliveira (2004, p. 117), nossa pesquisa se enquadra em uma abordagem qualitativa, pois:

As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formatação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Pela ação de descrição e interpretação dos fenômenos e verificação destes na prática do ensino de língua estrangeira, nossa pesquisa busca compreender os fenômenos que envolvem o ensino de língua inglesa e suas implicações na prática de ensino de professores da educação

básica, numa tentativa de interpretar também as escolhas destes no trabalho com a oralidade em sala de aula de língua inglesa.

### **3.2 Objeto de pesquisa e constituição do Corpus**

O objeto dessa pesquisa é o ensino da oralidade. Compreendida como uma das habilidades necessárias e fundamentais para a aquisição de uma língua estrangeira, a oralidade é uma habilidade que está além da percepção e compreensão dos sons da língua em estudo, “ela também está vinculada à atribuição de sentidos dos sons percebidos”. (OLIVEIRA, 2015, P. 75) Posto dessa forma, a oralidade como habilidade a ser apreendida pelo aluno, de língua estrangeira, passa a ser objeto de investigação tendo como foco o levantamento de dados que nos permitam averiguar se e como a oralidade é abordada pelo professor em suas aulas.

Assim sendo, para construção do *corpus* dessa pesquisa foi aplicado um questionário a dois professores colaboradores do ensino fundamental anos finais, que foi analisado à luz dos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atentado para os capítulos que tratam exclusivamente do ensino de língua inglesa nessa fase da educação básica, dando ênfase à parte do texto que trata do eixo da oralidade.

### **3.3 Procedimento para coleta de dados e instrumento utilizado**

A realização dessa pesquisa ocorreu em três fases:

- A primeira delas foi com a busca do texto base da BNCC junto aos sites oficiais do Ministério da Educação, onde foi possível localizar o texto completo, assim como a linha histórica da constituição da BNCC. Feito isso, foram selecionadas as seções que tratam do ensino de língua inglesa, nos anos finais do ensino fundamental, com ênfase no que é orientado em relação ao eixo da oralidade.
- A segunda fase foi de separação das orientações direcionadas para o trabalho com a oralidade na BNCC, que foram depois dispostas em quadros, englobando o eixo da oralidade, as unidades temáticas e os objetos do conhecimento.
- A terceira fase foi a construção e aplicação de um questionário investigativo, objetivando sondar se e como os professores de língua inglesa, colaboradores da pesquisa, trabalham a oralidade nas suas aulas. O questionário de perguntas abertas foi estruturado em 10 questões (apêndice I)

### **3.4 Procedimentos de análise dos dados**

Para análise dos dados e informações coletadas foram observadas, primeiramente, as orientações expostas na BNCC para o processo de ensino e aprendizagem da habilidade oral nas aulas de língua inglesa nos anos finais do ensino fundamental. E, ao mesmo tempo, foram postos em evidência os conceitos teóricos estudados sobre a oralidade no ensino de língua estrangeira.

Feito isso, foram então observadas as respostas dadas pelos professores colaboradores dessa pesquisa, atentando para a presença ou não da oralidade em seus respectivos processos de ensinar a língua inglesa, evidentes nas respostas do questionário investigativo.

Passemos, então, para as análises dos questionários.

## CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico, analisamos as respostas dadas pelas professoras colaboradoras, sujeitos da pesquisa, considerando os objetivos de investigação, atentando para a sondagem da presença da oralidade em suas respectivas práticas de ensino e aprendizagem em suas aulas. As professoras colaboradoras tiveram seus nomes codificados para preservação de suas identidades. Para tanto, escolhemos P08 e P12, onde P representa professora e o número corresponde ao tempo de atuação profissional.

### 4.1 A prática de ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental II

Neste tópico, descrevemos e analisamos as respostas das professoras sujeitos da pesquisa. O questionário conta com 10 perguntas abertas voltadas para a investigação da prática de ensino de língua inglesa no Ensino Fundamental II em escolas da rede pública.

A primeira e segunda pergunta buscam identificar a formação e tempo de atuação das professoras colaboradoras.

Questões 01 e 02 – Formação e tempo de atuação

	<b>Formação</b>	<b>Atuação</b>
P08	Letras Língua Inglesa – Especialização e Mestrado	08 anos em sala de aula
P12	Letras Língua Inglesa –Especialização	12 anos em sala de aula

Como podemos perceber, ambas as professoras colaboradoras são formadas em Letras com habilitação em Língua Inglesa, diferindo no tempo de atuação e nível de formação. O que nos leva a inferir que tiveram formação adequada para atuarem como professoras de língua inglesa na educação básica. Como podemos constatar, uma das colaboradoras possui mais tempo de formação, implicando em uma diferenciação na qualificação profissional e acadêmica.

A terceira pergunta se volta para a sondagem da perspectiva de trabalho das professoras com a língua inglesa:

Questões 03 - Em qual perspectiva você trabalha a língua inglesa: segunda língua, língua estrangeira, língua franca?

P08	<i>Língua estrangeira</i>
P12	<i>Língua Franca.</i>

A Base Nacional Comum Curricular, BNCC, normatiza e orienta o trabalho didático pedagógico do processo de ensino e aprendizagem de língua estrangeira como língua franca, e idioma oficial a ser ensinado nas escolas de educação básica.

Desse modo, apenas uma das professoras colaboradoras afirmou trabalhar a língua inglesa como língua franca, o que pressupõe que seu trabalho se alinha ao exposto na BNCC. Trabalhar o inglês como língua franca significa dizer que o inglês é um idioma que está presente no cotidiano do aluno, independente do país no qual o inglês é idioma oficial. A BNCC (2018, p. 241) inclusive fala em priorizar o “foco da função social e política do inglês”.

Por outro lado, o ensino de Língua Inglesa como língua estrangeira, pressupõe que o aluno está estudando inglês apenas na sala de aula, que ele pouco ou quase não terá contato com o idioma fora do espaço escolar. Nesse caso, o trabalho da P08 limita o estudo do inglês apenas ao contexto escolar, como se não houvesse uma articulação entre o ambiente escolar e o contexto fora de sala de aula.

Melhor compreendemos o posicionamento das professoras quanto a perspectiva em que trabalham a língua inglesa quando analisamos as respostas seguintes:

Questão 04 – Por que você trabalha a língua inglesa nessa perspectiva?

P08	<i>A perspectiva do inglês como língua estrangeira se justifica pelo fato de a imersão dos estudantes ser menor, devido à quantidade de aulas (duas semanais por turma).</i>
P12	<i>Porque julgo ser a mais adequada, permitindo um trabalho coerente e contextualizado, que vai de encontro a realidade dos estudantes.</i>

Conforme observamos nas justificativas das professoras, a P08 entende que os alunos não possuem contato com o inglês fora da escola, e nela, a carga horária é ínfima estudando inglês: somente duas aulas semanais. No entanto, a P12 afirma que trabalhar o inglês como língua franca é mais coerente com a realidade dos alunos e implica em um ensino

contextualizado. Nos chamou a atenção o fato da professora justificar sua resposta sem mencionar a BNCC. Isso nos leva a crer que sua resposta não está embasada em tal documento.

Questão 05 - Qual ou quais habilidades linguísticas você prioriza em suas aulas? Por quê?

P08	<i>Leitura e escrita, pois, procuro expor os alunos a diferentes gêneros textuais.</i>
P12	<i>Sabemos que as 4 são importantes, mas é preciso priorizar em virtude do tempo, dou mais ênfase a Reading e writing. Acredito que leitura e escrita são base para as demais e para o processo de compreensão</i>

Em relação às habilidades linguísticas, as professoras colaboradoras apresentaram respostas semelhantes, colocando em evidência uma prática de ensino de língua inglesa voltada para as habilidades de leitura e escrita, tendo como justificativa o trabalho com os gêneros textuais e a crença de que as habilidades de leitura e escrita são a base para o desenvolvimento das outras habilidades.

Nesse aspecto, percebemos a forte influência das orientações presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, documentos orientadores antecessores da BNCC. Nos PCN, a ênfase era dada quase que exclusivamente ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita por vários motivos, dentre eles, a pouca carga horária da disciplina de língua inglesa. Cypriano (2022, p. 15) em suas pesquisas também pontua que os PCNs, “priorizam o desenvolvimento das estratégias de leitura dos alunos”. Há aqui, em conformidade com o pensamento do autor, o alinhamento do trabalho das professoras colaboradoras voltado para o desenvolvimento de apenas parte das habilidades linguísticas: leitura e escrita, deixando totalmente de lado o trabalho com a oralidade.

Isso representa um descompasso com o que está posto pela BNCC. Além do mais, a leitura e escrita não tornam o aluno um falante da língua inglesa, embora essas habilidades sejam importantes e necessárias em sociedades letradas, é preciso haver um equilíbrio entre as quatro habilidades para que o aluno desenvolva uma aprendizagem mais significativa e no foco do que diz a BNCC.

As demais questões na sequência do questionário continuam a sondar a prática pedagógica das professoras no processo de ensinar inglês.

Questão 06 - De que forma sua abordagem de ensino da língua inglesa contribui para inserção dos alunos no mundo globalizado e na vida profissional?

P08	<i>Acredito que o contato com gêneros textuais diversos na sala de aula pode possibilitar que os alunos se apropriem de práticas de leitura e escrita que são requeridas no meio tecnológico, por meio da internet e das mídias sociais.</i>
P12	<i>Buscando ensinar conteúdos relevantes, temáticas atuais e pertinentes ao contexto do aluno, fazendo com que seja protagonista do seu aprendizado.</i>

Ao serem questionadas sobre como a abordagem de ensino influencia na inserção dos alunos no mundo globalizado, mais uma vez a P08 coloca em evidência a importância do trabalho com os gêneros textuais, ela aposta na diversidade destes e nas habilidades de leitura e escrita como necessárias, e talvez únicas, requeridas para o ingresso no meio tecnológico, e cita as mídias e a internet como exemplos de tecnologias onde o inglês lido é importante. De fato é. Entretanto, as mídias requerem habilidades outras para além da leitura e escrita, a quantidade de textos orais, multimodais, que circulam socialmente na internet requerem, também, habilidades outras, muito além da leitura.

A P12, por sua vez, aponta o uso de conteúdos relevantes e temáticas atuais como aspectos importantes para que o aluno faça parte do mundo globalizado. Até concordamos, mas essa participação do aluno fica limitada à leitura, à aquisição de informação, ou conhecimento.

Outro aspecto a ser questionado às professoras colaboradoras diz respeito ao trabalho com a cultura. Sobre isso, foi feita a seguinte pergunta:

Questão 07 - Você trabalha a cultura de outros países em suas aulas? Quais países? Como você aborda essas culturas em suas aulas?

P08	<i>Reconheço por vezes centrar nas variantes dos Estados Unidos e da Inglaterra porque são as que mais aparecem nos materiais didáticos.</i>
-----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P12	<i>Sim. Países que tem o inglês como idioma oficial (EUA, Austrália, Inglaterra, Canadá e outros.) As culturas são abordadas através de textos, pesquisas, músicas, salas temáticas.</i>
-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os aspectos culturais, na prática das professoras colaboradoras, são inseridos de forma diferente em suas aulas. A P08 deixa claro que enfatiza as características culturais da Inglaterra e dos Estado Unidos porque aparecem nos livros didáticos, mas não explica de que forma trabalha os aspectos culturais desses países. Já P12 respondeu que trabalha os aspectos culturais de outros países, através de textos diversos, pesquisas (provavelmente na internet), músicas, etc. Mas, mais uma vez, a leitura parece ser a habilidade linguística priorizada, embora fique implícito que o *listening* possivelmente é trabalhado, já que a professora utiliza músicas. Mas definitivamente, a oralidade não é priorizada.

Esse posicionamento, não corrobora com o que é normativo na BNCC, a qual coloca o eixo da cultura numa dimensão intercultural, isto é, numa compreensão de que a cultura é um processo contínuo de construção e reconstrução, não se faz parado no tempo e espaço, ao contrário, como se encontra ligado às próprias questões da vida do cotidiano das pessoas, a cultura é uma ação constante e interligada às práticas do dia a dia, principalmente no referente a oralidade.

Também foi questionado junto às professoras colaboradoras sobre como funciona o trabalho com as diferenças entre língua materna e a estrangeira. Recebemos as seguintes respostas:

Questão 08 - Como você trabalha as similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna? Por que é relevante trabalhar as similaridades e diferenças entre elas?

P08	<i>Procuro fazer com que os alunos percebam a importância do inglês no mundo e como ele é usado no nosso país. Também destaco diferenças culturais, dependendo do conteúdo ou temas estudados.</i>
P12	<i>Trabalho de forma natural, mostrando a importância de cada uma dentro do contexto educacional. Busco os conhecimentos prévios dos alunos e uso como ferramenta de aproximação e aprofundamento em vocabulário e temas similares entres as</i>

	<i>línguas. Fazendo das diferenças existentes a oportunidade de aquisição de novos conhecimentos.</i>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

Cada língua tem seus aspectos próprios: sua gramática, sua fonética e fonologia, sua sintaxe, etc. O que pode ser, muitas vezes, um aspecto complicador no processo de aprendizagem, já que é natural que isso ocorra em função da interlíngua. P08 parece não ter entendido a pergunta, ou ter compreendido que as diferenças implícitas na pergunta são relativas à cultura de países de língua inglesa e o Brasil.

P12, embora tenha mencionado “os conhecimentos prévios dos alunos”, se limitou à aquisição do léxico, se esquecendo de outros aspectos, tais como sintaxe, fonética e fonologia, etc., a interferência que língua materna causa no processo de aprendizagem.

Também foi colocado em questionamento o trabalho com a variação linguística nas aulas de língua inglesa.

Questão 09 - Qual variação linguística você trabalha em suas aulas de língua inglesa: culta, coloquial? Justifique.

P08	<i>As duas, através do livro didático a variante predominante é a culta, porém quando uso músicas, filmes ou curtas-metragens e materiais da internet muitas vezes destaco o uso da linguagem coloquial.</i>
P12	<i>Coloquial, pois é a que mais se apresenta no contexto de sala de aula.</i>

Embora a professora afirme usar músicas, filmes, curtas-metragens, etc., deixa claro que seu principal suporte é o livro didático. Embora a professora afirme usar esses recursos, entendemos, em função de resposta de questão anterior, que ela não foca na oralidade. De fato, podemos concordar que a professora aborda tanto a variação culta, como a formal, mas somente no âmbito da leitura.

Em outro ponto de vista, a P12 deixa claro que trabalha a variante coloquial, por se aproximar da forma mais real de comunicação no dia-a-dia. Porém, assim como o trabalho com as habilidades é constante e deve ser equilibrado, a diversidade linguística também é uma temática ampla e deve também levar em consideração que as variantes são muitas e culturalmente instituídas, portanto, formas legítimas de interação por meio da linguagem. Nenhuma das professoras justificou o porquê trabalha tal variantes.

E, por fim, não menos importante, foi questionado às professoras colaboradoras sobre o uso ou não de tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa:

Questão 10 - Você faz uso de quais tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa? De que forma você as usa?

P 08	Uso mídias para trabalhar filmes e músicas e aplicativos de <i>quizzes</i> como o Kahoot para verificar o aprendizado.
P 12	Plataforma, sites, dicionários, gamificação, streaming. Uso de modo em que o aluno tenha oportunidade de utilizar seus conhecimentos e habilidades tecnológicas em sala de aula, de maneira interativa e coordenada, associando o que eles gostam, se identificam, trabalho com produções, criações de materiais, etc.

Pelas respostas das professoras, ambas conhecem diversos recursos tecnológicos para o trabalho com o ensino de língua inglesa, recursos que estão disponíveis na internet por meio de plataformas digitais online. Se o aluno não tiver acesso à esses recursos em plataformas online, ele não conseguirá cumprir as tarefas solicitadas pelas professoras. Apesar de conhecerem e utilizarem esses recursos em sala de aula, nenhuma mencionou se esse uso está voltado para o desenvolvimento da habilidade oral ou de outra habilidade, além das habilidades de leitura e escrita.

A BNCC, como atual documento norteador do processo de ensino no nosso país, mais especificamente o ensino de língua inglesa, orienta um ensino global da língua, classificando-a como língua franca, desvinculando-a de qualquer país, e estimulando um ensino amplo, contemplando as quatro habilidades. O que pudemos perceber nas análises é que nossas professoras colaboras não estão em sintonia com o que orienta a BNCC, já que as professoras, parecem ainda estarem sintonizadas com os PCN. Problema esse que pode ser solucionado com um estudo do documento e ajuste das suas práticas pedagógicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre questões ligadas ao processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa, é uma temática pertinente e constante no meio acadêmico. Entretanto, este trabalho se voltou mais precisamente para o estudo da oralidade presente na Base Nacional Comum Curricular, BNCC, observando as diretrizes normativas para o trabalho com a oralidade nas aulas de língua inglesa no Ensino Fundamental II, na educação básica.

Assim sendo, para esse estudo realizamos um levantamento de conceitos teóricos acerca do que é a oralidade no processo de ensino de língua inglesa, e sua implicação para o aprendizado do aluno, tendo como principais estudiosos Oliveira (2014), Oliveira (2015), Almeida Filho (2010), Cypriano (2022). Em seguida, buscamos conhecer as Leis e documentos que orientam e regulam o processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa, como a LDB Lei n. 9394/96, a BNCC (2018). Bem como etapa final aplicamos um questionário entrevistando dois professores para averiguar a presença ou não da oralidade na descrição de sua prática de ensino.

Os resultados mostraram que a BNCC trata a oralidade como uma habilidade essencial e um eixo que equilibra as demais habilidades necessárias ao aprendizado do inglês como idioma estrangeiro nas escolas. Este eixo ainda se divide em três dimensões: interação discursiva, compreensão oral e produção oral, essas dimensões envolvem as práticas de compreensão e de produção oral.

Outro aspecto relevante a ser mencionado é que a língua inglesa é tratada pela BNCC como idioma obrigatório a ser ensinado na educação básica, com foco na função social e política do inglês, além de ser reconhecido como língua franca. Um posicionamento que deixa de lado as possibilidades e diversidade de outros idiomas que também são estrangeiros e poderiam ser adotados pela escola, também por questões políticas, como é o caso do espanhol.

Os questionários aplicados junto aos professores colaboradores, mostrou que a prática de ensino desenvolvida, limita-se apenas ao desenvolvimento de apenas duas habilidades a leitura e escrita, não havendo quase nenhuma, ou nenhuma preocupação em trabalhar a habilidade oral. O que vai contra as normativas expressas pela BNCC quando coloca a oralidade como uma habilidade a ser desenvolvida e igual medida com as demais.

As professoras colaboradoras, possuem uma experiência significativa no processo de ensinar língua inglesa, mas divergem quanto a forma como abordam a linguagem em suas respectivas práticas, uma entende o inglês como língua franca, e a outra professora compreende e aborda como língua estrangeira. Embora haja o reconhecimento do inglês como língua franca,

o trabalho descrito pela professora colaboradora não explora a habilidade oral de seus alunos, dando ênfase mais precisa ao estudo dos gêneros textuais.

Por fim, vale acrescentar que o trabalho com os gêneros textuais é pertinente e necessário, mas não deve englobar apenas os gêneros escritos, também é preciso trabalhar os gêneros orais como forma de incentivar a oralidade na língua alvo de estudo.

De qualquer modo, os resultados desse estudo mostraram que a oralidade é parte importante do grupo das habilidades que um aluno precisa aprender em língua estrangeira. É importante ressaltar que este estudo não resultou em um conjunto de respostas prontas, mas contribuiu na ampliação das pesquisas que tratam da mesma temática, e se constitui como um material de estudo e reflexão em torno das novas diretrizes e mudanças relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa com ênfase ao eixo da oralidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino línguas**. 6. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>; Acesso em 10/11/2022

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9394 de dezembro de 1996.

CYPRIANO, A. P. T. M. S. Documentos oficiais e oralidade em língua adicional no ensino básico. In: PINHO, J. R. D. (Org.). **A oralidade no ensino de língua estrangeiras**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2022. (Estratégia de Ensino)

OLIVEIRA, L. A. **Aula de inglês: do planejamento à avaliação**. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

OLIVEIRA, L. A. **Métodos de ensino de inglês: teorias, práticas, ideologias**. 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SILVA, V. R. A pronúncia no ensino de línguas estrangeiras. In: PINHO, J. R. D. (Org.). **A oralidade no ensino de língua estrangeiras**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2022. (Estratégia de Ensino)

RAMPON, S. P.; SHCULTZ, S. H.; KITAGAWA, A. T. A importância do Ensino de língua inglesa. In: **Revista Educação, Ensino e Pesquisa**. V. 01, n.1 (2020) pp. 22-36

XAVIER, A. C. Como fazer e apresentar trabalhos científico em eventos acadêmicos: [ciências humanas e sociais aplicadas; artigo, resumo, resenha, monografia, tese, dissertação, tcc, projeto, slide] ilustrações, Karla Vidal. – Recife: Editora Rêspel, 2010.

**APÊNDICE**



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA (SEEC)  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)  
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (CAPF)  
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (DLE)**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA APLICADO, NO PERÍODO CORRESPONDENTE AO SEMESTRE 2022.2, A UM(A) PROFESSOR(A) DO ENSINO FUNDAMENTAL II PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA ANÁLISE.**

1 Qual sua área de formação? E qual sua titulação?

Letras, Língua Inglesa.

Especialista.

2 Há quanto tempo você atua como professor(a) de língua inglesa?

12 anos

3 Em qual perspectiva você trabalha a língua inglesa: segunda língua, língua estrangeira, língua franca?

Língua Franca.

4 Por que você trabalha a língua inglesa nessa perspectiva?

Porque julgo ser a mais adequada, permitindo um trabalho coerente e contextualizado, que vai de encontro a realidade dos estudantes.

5 Qual ou quais habilidades linguísticas você prioriza em suas aulas? Por quê?

Sabemos que as 4 são importantes, mas é preciso priorizar em virtude do tempo, dou mais ênfase a Reading e writing. Acredito que leitura e escrita são base para as demais e para o processo de compreensão.

6 De que forma sua abordagem de ensino da língua inglesa contribui para inserção dos alunos no mundo globalizado e na vida profissional?

Buscando ensinar conteúdos relevantes, temáticas atuais e pertinentes ao contexto do aluno, fazendo com que seja protagonista do seu aprendizado.

7 Você trabalha a cultura de outros países em suas aulas? Quais países? Como você aborda essas culturas em suas aulas?

Sim. Países que tem o inglês como idioma oficial (EUA, Austrália, Inglaterra, Canadá e outros.) As culturas são abordadas através de textos, pesquisas, músicas, salas temáticas.

8 Como você trabalha as similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna? Por que é relevante trabalhar as similaridades e diferenças entre elas?

Trabalho de forma natural, mostrando a importância de cada uma dentro do contexto educacional. Busco os conhecimentos prévios dos alunos e uso como ferramenta de aproximação e aprofundamento em vocabulário e temas similares entre as línguas. Fazendo das diferenças existentes a oportunidade de aquisição de novos conhecimentos.

9 Qual variação linguística você trabalha em suas aulas de língua inglesa: culta, coloquial? Justifique.

Coloquial, pois é a que mais se apresenta no contexto de sala de aula.

10 Você faz uso de quais tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa? De que forma você as usa?

Plataforma,sites, dicionários,gamificação, streaming.

Uso de modo em que o aluno tenha oportunidade de utilizar seus conhecimentos e habilidades tecnológicas em sala de aula,de maneira interativa e coordenada, associando o que eles gostam,se identificam, trabalho com produções, criações de materiais,etc.

**DESDE JÁ, AGRADECEMOS A SUA CONTRIBUIÇÃO**



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA (SEEC)  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)  
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS (CAPF)  
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS (DLE)**

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA MONOGRÁFICA APLICADO, NO PERÍODO CORRESPONDENTE AO SEMESTRE 2022.2, A UM(A) PROFESSOR(A) DO ENSINO FUNDAMENTAL II PARA OBTENÇÃO DE DADOS PARA ANÁLISE.**

1 Qual sua área de formação? E qual sua titulação?

*Formação de graduação em Letras com habilitação em Língua Inglesa. (UERN/2012)  
Mestrado em Ensino (PPGE-UERN/2019). Especialização em Mídias na Educação (UERN/2022)*

2 Há quanto tempo você atua como professor(a) de língua inglesa?

*8 anos*

3 Em qual perspectiva você trabalha a língua inglesa: segunda língua, língua estrangeira, língua franca?

*Língua estrangeira*

4 Por que você trabalha a língua inglesa nessa perspectiva?

*A perspectiva do inglês como língua estrangeira se justifica pelo fato de a imersão dos estudantes ser menor, devido à quantidade de aulas (duas semanais por turma).*

5 Qual ou quais habilidades linguísticas você prioriza em suas aulas? Por quê?

*Leitura e escrita, pois, procuro expor os alunos a diferentes gêneros textuais.*

6 De que forma sua abordagem de ensino da língua inglesa contribui para inserção dos alunos no mundo globalizado e na vida profissional?

*Acredito que o contato com gêneros textuais diversos na sala de aula pode possibilitar que os alunos se apropriem de práticas de leitura e escrita que são requeridas no meio tecnológico, por meio da internet e das mídias sociais.*

7 Você trabalha a cultura de outros países em suas aulas? Quais países? Como você aborda essas culturas em suas aulas?

*Reconheço por vezes centrar nas variantes dos Estados Unidos e da Inglaterra porque são as que mais aparecem nos materiais didáticos.*

8 Como você trabalha as similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna? Por que é relevante trabalhar as similaridades e diferenças entre elas?

*Procuro fazer com que os alunos percebam a importância do inglês no mundo e como ele é usado no nosso país. Também destaco diferenças culturais, dependendo do conteúdo ou temas estudados.*

9 Qual variação linguística você trabalha em suas aulas de língua inglesa: culta, coloquial? Justifique.

*As duas, através do livro didático a variante predominante é a culta, porém quando uso músicas, filmes ou curtas-metragens e materiais da internet muitas vezes destaco o uso da linguagem coloquial.*

10 Você faz uso de quais tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da língua inglesa? De que forma você as usa?

*Uso mídias para trabalhar filmes e músicas e aplicativos de quizzes como o Kahoot para verificar o aprendizado.*

**DESDE JÁ, AGRADECEMOS A SUA CONTRIBUIÇÃO**